

**Embratel Participações S.A.**

Informações Trimestrais (ITRs) Acompanhadas do  
Relatório sobre Revisão Especial

30 de Setembro de 2001

## **Relatório sobre Revisão Especial**

Aos Administradores e Acionistas da

Embratel Participações S.A.:

(1) Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) da EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A., compreendendo os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado em 30 de setembro de 2001, as respectivas demonstrações do resultado individual (controladora) e consolidado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, o relatório de desempenho e as informações relevantes.

(2) Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais, e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Sociedade.

(3) Com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo (1) para que estejam de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.

(4) Os balanços patrimoniais individual e consolidado em 30 de junho de 2001, apresentado para fins comparativos, foram por nós revisados, conforme relatório, sem ressalva, datado de 25 de julho de 2001. As demonstrações do resultado individual (controladora) e consolidado para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2000, apresentadas também para fins comparativos, foram por nós revisadas, conforme relatório sobre revisão especial, sem ressalva, datado de 23 de outubro de 2000.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2001.

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-RJ

Fernando Marotta  
Sócio-Diretor Responsável  
Contador - CRC-1-RJ-12.214-4

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO E 30 JUNHO DE 2001

(Em milhares de reais)

A T I V O

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
CIRCULANTE		49.393	98.016	4.144.397	3.773.394
		-----	-----	-----	-----
Disponibilidades	9	21.086	16.097	550.736	398.066
Contas a receber de serviços	10	-	-	2.631.694	2.587.443
Tributos diferidos e a recuperar	11	28.299	36.667	743.978	593.958
Dividendos e juros sobre o capital próprio	20	-	45.252	-	-
Outros ativos		8	-	217.989	193.927
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.516	12.516	686.131	650.390
		-----	-----	-----	-----
Tributos diferidos e a recuperar	11	-	-	293.288	251.547
Depósitos judiciais		12.516	12.516	333.663	342.198
Outros ativos		-	-	59.180	56.645
PERMANENTE		5.821.712	6.011.918	8.040.490	7.903.198
		-----	-----	-----	-----
Investimentos	12	5.821.712	6.011.918	195.341	351.862
Imobilizado	13	-	-	7.672.618	7.551.336
Diferido	14	-	-	172.531	-
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo		5.883.621	6.122.450	12.871.018	12.326.982
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO E 30 JUNHO DE 2001

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
CIRCULANTE		58.725	102.719	3.618.122	3.630.528
Pessoal, encargos e benefícios sociais		2	76	142.636	126.092
Contas a pagar e despesas provisionadas	15	8	36.550	1.388.595	1.334.020
Impostos, taxas e contribuições	16	35.124	42.459	582.883	529.907
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	20	23.580	8.061	23.743	6.411
Dividendos propostos/juros sobre o capital próprio	20	-	15.563	-	17.378
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	1.165.900	1.293.689
Provisão para contingências	18	-	-	14.164	17.342
Participação de empregados nos resultados		-	-	32.194	27.572
Plano de pensão – Telos	19	-	-	66.775	69.320
Controladas e coligadas	21	10	10	34.356	21.186
Outras obrigações		1	-	166.876	187.611
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		915	915	3.045.648	2.288.448
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	2.640.518	1.880.412
Plano de pensão – Telos	19	-	-	187.971	190.293
Impostos, taxas e contribuições	16	-	-	216.244	216.828
Recursos capitalizáveis		915	915	915	915
RECEITAS ANTECIPADAS		-	-	130.872	137.199
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		-	-	252.395	251.991
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	5.823.981	6.018.816	5.823.981	6.018.816
Capital social realizado		2.273.913	2.273.913	2.273.913	2.273.913
Reserva de lucros		1.912.114	1.912.114	1.912.114	1.912.114
Ações em tesouraria		(41.101)	(41.101)	(41.101)	(41.101)
Lucros acumulados		1.679.055	1.873.890	1.679.055	1.873.890
Total do passivo		5.883.621	6.122.450	12.871.018	12.326.982

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM

30 DE SETEMBRO DE 2001 E 30 DE SETEMBRO DE 2000

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro		30 de setembro	
		2001	2000	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL BRUTA:					
Serviços de telecomunicações		-	-	7.601.923	6.483.625
Deduções da receita bruta		-	-	(1.986.848)	(1.610.707)
		-----	-----	-----	-----
Receita operacional líquida	5	-	-	5.615.075	4.872.918
Custo dos serviços prestados	6	-	-	(3.721.045)	(3.224.301)
		-----	-----	-----	-----
Lucro bruto		-	-	1.894.030	1.648.617
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(255.488)	420.001	(1.458.163)	(929.706)
		-----	-----	-----	-----
Comercialização dos serviços		-	-	(797.307)	(534.459)
Gerais e administrativas		(2.449)	(2.656)	(680.112)	(387.658)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	(322)	19.256	(7.589)
Resultado de equivalência patrimonial		(253.039)	422.979	-	-
		-----	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(255.488)	420.001	435.867	718.911
		-----	-----	-----	-----
Resultado financeiro	7	1.079	(1.253)	(745.769)	(53.695)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(254.409)	418.748	(309.902)	665.216
		-----	-----	-----	-----
Resultado não operacional		(29)	-	(14.693)	(4.842)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(254.438)	418.748	(324.595)	660.374
		-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	8	(4.059)	-	89.326	(208.449)
		-----	-----	-----	-----
Participação de empregados nos resultados		-	-	(27.740)	(28.130)
Participação minoritária		-	-	(4.402)	(5.258)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(258.497)	418.748	(267.411)	418.537
		=====	=====	=====	=====
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LOTES DE MIL)		332.932.361	332.919.028	332.932.361	332.919.028
		=====	=====	=====	=====
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		(0,78)	1,26	(0,80)	1,26
		===	===	===	===

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

# EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 3º TRIMESTRE DE 2001

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

#### 1. OPERAÇÕES E HISTÓRICO

A Embratel Participações S.A. foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, e com base no Decreto nº 2.546, de 14 de abril de 1998, resultante da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, cujo protocolo foi aprovado em Assembléia de Acionistas realizada em 22 de maio de 1998. O laudo de avaliação foi elaborado com data-base de 28 de fevereiro de 1998.

O Governo Federal vendeu a participação de 19,26% na Embratel Participações S.A. em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1998, sendo esta adquirida pela Startel Participações Ltda. (WorldCom).

A Embratel Participações S.A. detém 98,8% do capital social da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, empresa prestadora dos serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, em consonância com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal, a qual expirará em 31 de dezembro de 2005, podendo ser renovada por um período de mais 20 anos.

Os negócios das controladas, Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A - Embratel e Star One S.A., principal provedor brasileiro de transponders para serviços de radiocomunicação, incluindo os serviços que prestam e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, a autoridade regulamentadora da indústria brasileira de telecomunicações, conforme estabelecido na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individual e consolidada em 30 de setembro de 2001 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a. Disponibilidades

São considerados investimentos temporários de alta liquidez, a serem mantidos até suas datas de vencimento. Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, limitados ao valor de mercado, quando aplicável.

#### b. Contas a Receber de Serviços

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional e de dados, prestados aos clientes, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações contábeis.

Foi constituída provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

#### c. Saldos em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira estão registrados pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações contábeis. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro, quando incorridos. Os efeitos das variações cambiais estão detalhados na Nota 7.

#### d. Investimentos

Referem-se, principalmente, a participações nas controladas e no consórcio internacional Intelsat, e são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecidos os montantes de variação cambial, quando aplicáveis, pelo regime de competência. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas prováveis, quando aplicável.

#### e. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada.

As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos. As principais taxas aplicadas estão divulgadas na Nota 13.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos vinculados a obras em andamento são registrados no imobilizado.

#### f. Diferido

Refere-se a ágio pago na aquisição da Acessionet Ltda., o qual está sendo amortizado em 5 (cinco) anos (Nota 14).

#### g. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os impostos diferidos são provisionados sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado nas Notas 8, 11 e 16.

#### h. Provisão para Contingências

Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 18.

#### i. Plano de Pensão - Telos

As controladas Embratel e Star One mantêm uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados (Nota 19). Tanto as contribuições para o plano de benefícios definidos quanto aquelas para o plano de contribuição definida são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente.

#### j. Receitas Antecipadas

Referem-se a receitas antecipadas na venda de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e empresas internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do período de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

#### k. Reconhecimento das Receitas

As receitas dos serviços prestados são contabilizadas pelo regime de competência, reduzidas de provisão para questionamentos e erros. As receitas dos serviços internacionais incluem receitas geradas pelos acordos entre a controlada Embratel e as entidades estrangeiras de telecomunicações. Esses acordos definem taxas pagas pela controlada às entidades estrangeiras pela utilização dos equipamentos para completar as ligações faturadas fora do Brasil. As receitas relacionadas às ligações internacionais são registradas mensalmente, líquidas dos valores a serem pagos às entidades estrangeiras.

#### l. Resultado Financeiro

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes do resultado de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos, os quais são reconhecidos pelo regime de competência.

#### m. Participação de Empregados nos Resultados

As controladas Embratel e Star One constituíram uma provisão para participação de empregados nos resultados, cujo pagamento está sujeito à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas.

#### n. Participação Minoritária

Referem-se a participações de terceiros nas controladas Embratel e Star One.

#### o. Lucro Líquido (Prejuízo) por Lote de Mil Ações

O lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações está calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços.

### 4. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários no resultado e no patrimônio líquido.

As demonstrações contábeis consolidadas de 30 de setembro e 30 de junho de 2001 incluem as demonstrações contábeis da Embratel Participações S.A. e de suas controladas, direta ou indiretamente, como se segue:

	Participação direta e/ou indireta (%)	
	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
	Capital social/ votante	Capital social/ votante
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel	98,8	98,8
BrasilCenter Comunicações Ltda.	100,0	100,0
Embratel Soluções Ltda.	100,0	100,0
Embratel Americas, Inc.	100,0	100,0
Star One S.A.	80,0	80,0
Ponape Telecomunicações Ltda.	100,0	100,0
Palau Telecomunicações Ltda.	100,0	100,0
Embratel Clearinghouse Ltda. (1)	100,0	100,0
Acessonet Ltda.	-	100,0

(1) Nova razão social da Oroluk Telecomunicações Ltda. a partir de 02 de abril de 2001, tendo por objeto social as atividades de (i) análise e processamento de dados, (ii) coleta, roteamento e distribuição de mensagens de sinalização e (iii) instalação, supervisão, operação e manutenção de redes.

Em 23 de julho de 2001, a controlada Embratel incorporou a empresa Acessonet Ltda. Em 30 de junho de 2001 (balanço patrimonial base da incorporação), a Acessonet possuía passivo a descoberto no valor de R\$19.521.

## 5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2001	2000
Área de voz-		
Longa distância nacional	3.414.312	2.811.848
Longa distância internacional	674.262	735.711
	-----	-----
	4.088.574	3.547.559
Área de dados-		
Dados e Internet	1.254.439	986.373
Clientes corporativos	98.637	175.158
	-----	-----
	1.353.076	1.161.531
Outros serviços	173.425	163.828
	-----	-----
Receita operacional, líquida	5.615.075	4.872.918
	=====	=====

## 6. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2001	2000
Remuneração de meios (interconexão)/facilidades	(2.681.540)	(2.351.193)
Depreciação	(682.601)	(591.269)
Pessoal	(182.837)	(162.161)
Serviços de terceiros	(120.804)	(94.076)
Outros	(53.263)	(25.602)
	-----	-----
Total	(3.721.045)	(3.224.301)
	=====	=====

As despesas relacionadas à remuneração de meios (interconexão) referem-se a pagamentos para as companhias de telefonia fixa local pelo uso de linhas de circuitos privados e custos de interconexão pagos pela controlada Embratel às três companhias regionais de telefonia fixa, de acordo com o novo regime de interconexão determinado pela Resolução nº 33, que passou a vigorar em 1º de abril de 1998.

## 7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2001	2000	2001	2000
Receitas financeiras-				
Receitas com aplicações financeiras	1.293	1.673	66.322	126.455
Variações monetárias ativas	-	-	234	2.340
Variações cambiais ativas	-	-	76.215	(25.370)
	-----	-----	-----	-----
Subtotal	1.293	1.673	142.771	103.425
	-----	-----	-----	-----
Despesas financeiras-				
Despesas com operações financeiras	-	(2.926)	(214.988)	(125.108)
Variações monetárias passivas	(214)	-	(28.408)	(30.847)
Variações cambiais passivas	-	-	(645.144)	(1.165)
	-----	-----	-----	-----
Subtotal	(214)	(2.926)	(888.540)	(157.120)
	-----	-----	-----	-----
Total	1.079	(1.253)	(745.769)	(53.695)
	===	===	=====	=====

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001, o real acumulou desvalorização de 36,61% frente à cotação do dólar americano, tendo a Sociedade apurado, por conta disso, despesa com variação cambial no valor de R\$645.144 no referido período, líquida dos ganhos oriundos dos contratos de "hedge".

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A controladora e suas controladas provisionam mensalmente as parcelas de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro - CSSL, recolhendo os tributos com base na estimativa mensal mediante balanço de suspensão, conforme previsto na legislação fiscal vigente. As parcelas de antecipação do IRPJ e da CSSL são contabilizadas sob as rubricas Imposto de Renda - Estimativa e Contribuição Social - Estimativa, sendo que, para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, essas contas são consideradas retificadoras dos respectivos passivos específicos (veja Nota 16).

A legislação tributária introduzida em 1995 (Lei nº 8.981) restringiu a compensação dos prejuízos fiscais acumulados e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro a 30% (trinta por cento) dos lucros tributáveis gerados em cada período-base. Em 30 de setembro de 2001, a controlada Embratel possuía R\$494.398 de prejuízos fiscais e R\$383.137 de base negativa de contribuição social (em 30 de setembro de 2000 - R\$111.400 de prejuízos fiscais e R\$61.977 de base negativa de contribuição social).

### 8.1 - Receitas (Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda e contribuição social é composta da despesa corrente, apurada no ano e calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, e da diferida, correspondente ao efeito dos impostos sobre as diferenças temporárias originadas ou realizadas no ano. O imposto de renda e contribuição social diferidos apurados nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2001 e 30 de setembro de 2000 totalizaram R\$109.947 e R\$48.866, respectivamente, e foram calculados sobre provisão para devedores duvidosos, depreciação acelerada, prejuízos fiscais, impostos temporariamente indedutíveis e outras receitas e despesas temporariamente tributáveis e dedutíveis.

### Composição das Receitas (Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2001	2000
Corrente-		
Contribuição social	(8.447)	(59.554)
Imposto de renda	(12.174)	(197.761)
	-----	-----
Total de despesas correntes	(20.621)	(257.315)
	-----	-----
Diferido-		
Contribuição social	30.775	12.216
Imposto de renda	79.172	36.650
	-----	-----
Total de receitas diferidas	109.947	48.866
	-----	-----
Total (IRPJ + CSSL)	89.326	(208.449)
	=====	=====

8.2 - Conciliação das Receitas (Despesas)  
Tributárias com as Alíquotas Nominais

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais, para o valor registrado como receita/despesa de imposto de renda e contribuição social, é como se segue:

	Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2001	2000
Lucro (prejuízo) antes de impostos e participações	(324.595)	660.374
Participação de empregados nos resultados	(27.740)	(28.130)
	-----	-----
Lucro (prejuízo) líquido antes de impostos	(352.335)	632.244
Receita (Despesa) de contribuição social à alíquota nominal	31.710	(59.997)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-		
Ajuste de alíquota de 12% para 9%	-	(5.138)
Constituição do crédito s/ receita internacional isenta	2.261	29.392
Encargos financeiros não-dedutíveis	(3.929)	-
Adições e exclusões permanentes diversas	(5.929)	(3.598)
Amortização de CSSL sobre ágio na incorporação	(1.785)	(2.169)
	-----	-----
Crédito (despesa) de CSSL na demonstração do resultado	22.328	(41.510)
	-----	-----
Receita (Despesa) de imposto de renda à alíquota nominal (25%)	88.084	(165.094)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-		
Encargos financeiros não-dedutíveis	(10.914)	-
Adições e exclusões permanentes diversas	(5.232)	(9.856)
Incentivo fiscal	-	6.603
Amortização de IRPJ sobre ágio na incorporação	(4.958)	-
Outros	18	1.408
	-----	-----
Crédito (despesa) de IRPJ na demonstração do resultado	66.998	(166.939)
	-----	-----
Total geral (IRPJ + CSSL)	89.326	(208.449)
	=====	=====

A provisão para imposto de renda foi constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% previsto em lei. A contribuição social, por sua vez, foi calculada à alíquota 12% até janeiro de 2000 (alteração estabelecida na Instrução Normativa nº 81/99, de 30 de junho de 1999), e 9% a partir de fevereiro de 2000 (alteração conforme Medida Provisória 1991-12 de 14 de dezembro de 1999).

## 9. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
Caixa e bancos	20.807	15.483	241.703	72.206
Aplicações financeiras no exterior	-	-	137.687	89.526
Títulos e valores mobiliários	279	614	171.346	236.334
	-----	-----	-----	-----
Total	21.086	16.097	550.736	398.066
	=====	=====	=====	=====

Os títulos e valores mobiliários são representados, principalmente, por títulos de renda fixa. As aplicações no exterior são oriundas de valores de tráfego mútuo recebidos das entidades operadoras de telecomunicações no exterior e convertidas em aplicações de curto prazo.

## 10. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS

	Consolidado	
	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
Entidades nacionais/clientes	3.275.272	3.130.262
Administradoras estrangeiras	331.715	281.787
	-----	-----
Subtotal	3.606.987	3.412.049
Provisão para devedores duvidosos	(975.293)	(824.606)
	-----	-----
Total	2.631.694	2.587.443
	=====	=====

## 11. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
Imposto de renda retido na fonte	26.314	34.682	48.548	39.661
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	113	113	34.651	2.210
Tributos diferidos ativos-				
Provisão para baixa de ativo fixo	-	-	11.807	22.443
Depreciação acelerada	-	-	32.370	44.015
Prejuízos fiscais	-	-	123.600	33.533
Base negativa de contribuição social	-	-	34.482	2.056
Provisão para devedores duvidosos	-	-	331.600	280.366
Cofins/PIS – temporariamente indedutíveis	1.872	1.872	89.263	89.263
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	38.213	40.761
Outros tributos diferidos (provisões)	-	-	63.220	117.045
ICMS	-	-	178.867	125.086
Outros	-	-	50.645	49.066
	-----	-----	-----	-----
Total	28.299	36.667	1.037.266	845.505
	=====	=====	=====	=====
Circulante	28.299	36.667	743.978	593.958
	=====	=====	=====	=====
Longo prazo	-	-	293.288	251.547
	=====	=====	=====	=====

Como parte do acordo de admissão do novo sócio na controlada Star One S.A., em janeiro de 2001 a SES Participações Ltda. (subsidiária brasileira do novo sócio) foi incorporada na referida controlada. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos, no valor de R\$38.213 em 30 de setembro de 2001 (R\$40.761 em 30 de junho de 2001), são oriundos desta incorporação, e foram reconhecidos na referida controlada diretamente ao patrimônio líquido, como reserva especial de ágio, conforme previsto no artigo 6º da Instrução CVM n.º 319/99.

## 12. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
Participação avaliada pela equivalência patrimonial-		
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	5.821.673	6.011.875
Embratel Soluções Ltda.	58	62
Ponape Telecomunicações Ltda.	10	10
Deságio na compra de ações	(29)	(29)
	-----	-----
Total	5.821.712	6.011.918
	=====	=====

O saldo consolidado de investimentos em 30 de setembro de 2001 e 30 de junho de 2001, no montante de R\$195.341 e R\$351.862, respectivamente, refere-se substancialmente a participações em consórcios internacionais.

### 13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		30 de setembro de 2001		30 de junho de 2001	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Obras em andamento	-	1.492.645	-	1.492.645	1.545.207
Equipamentos de comutação	7,69	1.559.647	(663.046)	896.601	704.362
Equipamentos de transmissão	10,00 a 20,00	6.916.609	(3.104.549)	3.812.060	3.931.307
Prédios e canalização	4,00	1.250.477	(588.344)	662.133	659.833
Outros ativos	5,00 a 20,00 (*)	1.649.965	(840.786)	809.179	710.627
<b>Total</b>		<b>12.869.343</b>	<b>(5.196.725)</b>	<b>7.672.618</b>	<b>7.551.336</b>

(\*) Exceto para os terrenos, que montavam, em 30 de setembro e 30 de junho de 2001, R\$169.878 e R\$165.959, respectivamente.

### 14. DIFERIDO

Em 23 de julho de 2001, a controlada Embratel incorporou a até então controlada Acessionet Ltda. Como consequência, a controlada Embratel transferiu o ágio pago na aquisição da Acessionet, ocorrida em dezembro de 2000, para conta específica do ativo diferido, conforme determinado na Instrução CVM n.º 319/99 para os casos onde o ágio pago for fundamentado economicamente na expectativa de resultados futuros.

### 15. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	Consolidado	
	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
Fornecedores	940.654	957.351
Entidades estrangeiras	347.679	289.883
Consignações a favor de terceiros/outras	100.262	86.786
<b>Total</b>	<b>1.388.595</b>	<b>1.334.020</b>

## 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
Tributos indiretos-				
ICMS	-	-	126.572	116.866
PIS/Cofins	12.524	12.522	52.435	47.504
PIS/Pasep – exigibilidade suspensa	-	-	94.176	94.176
Cofins – depósito judicial (majoração alíquota de 2% para 3%)	-	-	174.049	174.049
ISS	-	-	6.352	5.218
Outros	-	-	16.853	11.474
Tributos sobre a renda-				
IRRF sobre JSCP	22.600	22.600	22.600	22.600
IRPJ – exigibilidade suspensa- Resolução n.º 82/92 do Senado	-	-	179.612	175.623
Federal				
IRPJ – estimativa	-	7.337	59.914	41.201
CSSL – estimativa	-	-	21.124	12.001
Tributos diferidos passivos-				
Lei nº 8.200/91 – correção monetária complementar	-	-	45.440	46.023
<b>Total</b>	<b>35.124</b>	<b>42.459</b>	<b>799.127</b>	<b>746.735</b>
<b>Circulante</b>	<b>35.124</b>	<b>42.459</b>	<b>582.883</b>	<b>529.907</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>216.244</b>	<b>216.828</b>

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado			
	30 de setembro de 2001		30 de junho de 2001	
	Principal	Juros	Total	Total
Instituições financeiras	3.700.723	54.910	3.755.633	3.110.478
Fornecedores	50.086	699	50.785	63.623
<b>Total</b>	<b>3.750.809</b>	<b>55.609</b>	<b>3.806.418</b>	<b>3.174.101</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.110.291</b>	<b>55.609</b>	<b>1.165.900</b>	<b>1.293.689</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>2.640.518</b>	<b>-</b>	<b>2.640.518</b>	<b>1.880.412</b>

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras foram substancialmente contratados em moeda estrangeira, sendo que parte dessa dívida está protegida contra a desvalorização do Real através de operações de “swap”, conforme demonstrado abaixo.

	Montante	%	Custo Médio da Dívida	Prazo
Dívida "hedgeada" de curto prazo (notional amount)	806.136	69,1	99,03% CDI a.a.	até 12 meses
Dívida "não-hedgeada" de curto prazo	359.764	30,9	9,28% a.a. em US\$*	até 12 meses
	-----	-----		
Total de dívidas de curto e longo prazo vencendo no curto prazo	1.165.900	100,0		
	=====	=====		
Dívida "hedgeada" de longo prazo (notional amount)	1.103.613	41,8	98,42% CDI a.a.	até 2,7 anos
Dívida "não-hedgeada" de longo prazo	1.536.905	58,2	9,09% a.a. em US\$*	até 9,1 anos
	-----	-----		
Total de dívida de longo prazo	2.640.518	100,0		
	=====	=====		
Total de dívida "hedgeada"	1.909.749	50,2		
Total de dívida "não-hedgeada"	1.896.669	49,8		
	-----	-----		
Total de dívida (líquida dos ganhos de "hedge")	3.806.418	100,0		
	=====	=====		

\* Várias taxas de juros em diferentes moedas expressas em seus equivalentes em dólares norte-americanos, como se todos os empréstimos fossem denominados em US dólar.

Durante o 3º trimestre de 2001, a Sociedade, visando a uma melhor apresentação das Demonstrações Contábeis, passou a classificar o contas a receber oriundo dos contratos de "hedge", que em 30 de setembro de 2001 montavam a R\$264.736, como redutor do saldo de Empréstimos e Financiamentos.

A política da Sociedade é de proteger contra a desvalorização cambial todas as novas dívidas de prazo inferior a 3 anos. Esta política tem como objetivo alcançar equilíbrio entre preservar o caixa e proteger o balanço de oscilações significativas nas taxas de câmbio.

Os financiamentos com fornecedores são contratados em moeda estrangeira e referem-se a compra de equipamentos e materiais necessários à adequada prestação dos serviços de telecomunicação nacional e internacional.

#### a. Modalidade/Finalidade

	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
Moeda nacional-		
Financiamento do ativo permanente-		
Instituições financeiras	24.298	25.053
	-----	-----
Total em moeda nacional	24.298	25.053
	=====	=====
Moeda estrangeira-		
Capital de giro	2.107.863	1.607.752
Financiamento do ativo permanente-		
Instituições financeiras	1.623.472	1.476.931
Fornecedores	50.785	64.365
	-----	-----
Total em moeda estrangeira	3.782.120	3.149.048
	=====	=====

## b. Cronograma de Pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser liquidada como se segue:

Ano	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
2002	59.258	270.937
2003	1.200.911	471.390
2004	602.309	505.788
2005 em diante	778.040	632.297
Total	2.640.518	1.880.412

## c. Composição da Dívida por Moeda

Atualizado pelo	Taxa de câmbio de 30 de setembro de 2001 (em R\$)	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
Real	-	24.298	25.053
Dólar norte-americano	2,671300	2.669.128	2.322.877
Franco francês	0,371342	215.509	171.057
Marco alemão	1,245430	13.712	10.891
Yene japonês	0,022362	883.771	644.223
Total		3.806.418	3.174.101

## d. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por notas promissórias.

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No curso normal dos negócios, a controlada Embratel está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais, as quais foram ou podem vir a ser levantadas, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível, administrativa, fiscal, previdenciária e trabalhista.

Parte significativa das contingências discutidas a seguir envolvem questões de extrema complexidade, com características únicas da Sociedade e/ou da indústria de telecomunicações, que surgiram em função da margem a diferentes interpretações causadas pelas legislações pertinentes e que até a presente data não apresentam jurisprudência consolidada.

Da mesma forma, cabe mencionar que a maioria das questões discutidas a seguir são originadas de procedimentos já adotados anteriormente à privatização da Sociedade, os quais estavam fundamentados em instruções de órgãos competentes da época.

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Embratel acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade.

Os detalhes das principais causas atualmente em curso estão descritos a seguir:

#### a. Reclamações Trabalhistas

A provisão para reclamações trabalhistas totalizou R\$14.164 em 30 de setembro de 2001 (R\$17.342 em 30 de junho de 2001). Essa quantia representa a estimativa da Administração, baseada em seus consultores legais, das perdas prováveis relativas a diversos processos iniciados por atuais e antigos funcionários.

##### a.1 - INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)

Em 05 de setembro de 2001, a controlada Embratel tomou ciência da decisão desfavorável do Conselho de Recursos da Previdência Social, em processo no qual se discutia a incidência da contribuição previdenciária ao INSS sobre determinadas verbas que eram pagas à época, tais como abono de férias, seguro de vida, etc., sendo que o montante do débito, decorrente da autuação, é de R\$ 55.000. Tendo sido esgotadas todas as instâncias administrativas, e mantida a autuação, a Sociedade impetrou, imediatamente, medida judicial para anulação do débito fiscal, já tendo sido deferida "liminar" pela qual o valor do débito está sendo reduzido em mais de 80%. Diante das boas chances de êxito na discussão judicial e tendo em vista análise feita internamente e por seus consultores externos que identificaram uma série de equívocos na apuração dos valores levantados pelo INSS, nenhuma provisão foi constituída por conta desta causa.

#### b. Contingências Fiscais

##### b.1 - Retenção de Imposto de Renda sobre Remessas a Companhias Estrangeiras de Telecomunicações

A controlada Embratel efetua pagamentos regulares a companhias internacionais de telecomunicações referentes a ligações oriundas do Brasil e encerradas no exterior (tráfego sainte). A legislação fiscal brasileira, genericamente, determina a retenção de 25% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados (remessas) referentes aos serviços prestados por companhias situadas no exterior. Entretanto, com base em pareceres jurídicos e decisões do Ministério da Fazenda dos anos de 1952 e 1953, a Sociedade não retém o citado imposto.

Além disso, vige no Brasil a Convenção Internacional de Telecomunicações, aprovada em Nairóbi, Quênia (Tratado de Nairóbi) em 6 de novembro de 1982, a qual foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 55, de 4 de outubro de 1989, ratificado pela Carta Presidencial de 21 de janeiro de 1990 e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 70, de 26 de março de 1991. Conseqüentemente, impera na jurisdição a obrigatoriedade de serem observados os regulamentos administrativos exarados no âmbito da União Internacional de Telecomunicações, da qual o Brasil é país-membro. Desse modo, entende a Administração estar assegurada à controlada Embratel a isenção de imposto de renda na fonte sobre as

remessas efetuadas ao exterior a operadoras de telefonia que prestam serviços de completamento de ligações oriundas do Brasil, em virtude do estabelecido no Regulamento Internacional de Telecomunicações, aprovado em Melbourne, Austrália, em 9 de dezembro de 1988.

Em 8 de fevereiro de 1999, a Sociedade formulou consulta para as autoridades fiscais sobre essa matéria. Em 3 de setembro de 1999, a Sociedade tomou ciência da resposta à consulta formulada em 8 de fevereiro de 1999, na qual a autoridade fiscal exarou o entendimento de que a isenção do imposto de renda na fonte incidente sobre as remessas para o exterior somente deve ser aplicada a partir de 19 de outubro de 1998, nos termos do Decreto nº 2.962/99, promulgador da Constituição e da Convenção da UIT. A autoridade fiscal também reconheceu que o imposto de renda na fonte sobre os valores remetidos pela controlada Embratel para as operadoras de telecomunicações no exterior deve observar o artigo 7º do Modelo OCDE adotado pelo Brasil em matéria de tratados bilaterais para evitar a dupla tributação da renda, desde que não haja nenhuma ressalva nos tratados específicos ou em protocolo adicional.

De qualquer forma, a Sociedade decidiu impetrar Mandado de Segurança junto ao Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no qual, em 30 de setembro de 1999, obteve deferimento de medida liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário decorrente da consulta em comento.

Em 23 de dezembro de 1999, a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$410.697 pela não-retenção de 25% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados entre dezembro de 1994 e outubro de 1998, exação essa que desconsiderou a análise dos tratados bilaterais de tributação mencionados expressamente na resposta da autoridade fiscal à consulta formulada. A Sociedade também se defendeu desse Auto de Infração apresentando sua defesa administrativa, a qual se encontra em análise pelas autoridades fiscais.

A União Federal recorreu da decisão liminar do Juízo da 14ª Vara Federal e, em 10 de abril de 2000, a Justiça Federal da 2ª Região, através da desembargadora relatora, suspendeu os efeitos da referida liminar, o que foi confirmado pela Turma.

No que tange ao processo judicial, em que discute-se a exigibilidade do crédito tributário, suspensão mediante apresentação de fiança bancária, conforme decisão do Tribunal Regional Federal em Agravo Regimental, encontra-se este aguardando a prolação de sentença pelo Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Por provocação do Ministério das Comunicações, a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu, em 31 de outubro de 2000, um parecer sobre as contingências fiscais relacionadas a essa matéria e ao imposto de renda sobre resultado internacional entrante (item b.2 a seguir). Esse parecer, posicionando-se pela legitimidade da cobrança, externa a posição do executivo do Governo Federal e contraria a posição da Sociedade. No entanto, a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos entendem que o referido parecer não apresenta novos fatos ou argumentos de qualquer natureza que alterem suas avaliações sobre essa causa, na medida em que a decisão final será tomada pelos órgãos julgadores competentes.

Com base nos argumentos expostos e na avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Sociedade, que avaliam como remota a perda da Sociedade na causa, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis por conta dessa causa.

## b.2 - Imposto de Renda sobre Resultado Internacional Entrante

A controlada Embratel, baseada na opinião de seus consultores legais, julga que a receita operacional dos serviços de telecomunicações gerada no exterior (tráfego entrante) não está sujeita a tributação, já que o advento da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, não teria revogado a isenção concedida por lei específica.

Por conta dessa matéria, no final do mês de março de 1999, a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$287.239 pelo não-recolhimento do imposto de renda nos anos de 1996 e 1997. No final de abril de 1999, a controlada Embratel entrou com defesa administrativa contra essa autuação, que se encontra em primeira instância para julgamento.

No entanto, a Sociedade julgou conveniente efetuar o recolhimento do imposto para o período de agosto a dezembro de 1998, no montante de R\$34.320 (incluídos os juros), dando continuidade nos meses que se sucedem até que essa questão seja resolvida, ficando, assim, livre de penalidades, sem prejuízo de pleitear, no momento oportuno, a restituição dos valores recolhidos. Esse montante foi registrado como despesa nas demonstrações contábeis e pago no primeiro trimestre de 1999.

Em 17 de junho de 1999, a Embratel foi autuada pelo não-pagamento de imposto de renda sobre resultado internacional entrante relativo ao exercício de 1998, totalizando R\$64.396. A Sociedade continuará pagando imposto de renda sobre o resultado internacional entrante até que seja resolvida a controvérsia tributária. A controlada Embratel também se defendeu desse auto de infração apresentando sua defesa administrativa, a qual foi julgada parcialmente procedente, dada uma parcela a maior da exação, tendo apresentado recurso ao Conselho de Contribuintes, o qual, em 12 de julho de 2000, foi julgado desfavorável à Sociedade. Em decorrência dessa decisão, a Embratel ingressou com recurso na Câmara Superior de Recursos Fiscais em 16 de março de 2001.

O parecer da Advocacia Geral da União (AGU) emitido em 31 de outubro de 2000 (veja item b.1 acima) também externa a posição do executivo do governo federal, o qual contraria a posição da Sociedade. No entanto, nessa questão a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos também entendem que o referido parecer não apresenta novos fatos ou argumentos de qualquer natureza que alterem suas avaliações sobre esta causa.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, os quais avaliam como possível a perda da Sociedade nesta causa, os valores correspondentes aos autos de infração mencionados não foram provisionados nas demonstrações contábeis.

## b.3 - ICMS sobre Serviços Prestados

Até o advento da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1996), as operadoras locais de telefonia faturavam e recolhiam o ICMS na prestação do serviço de telefonia fixa com base de cálculo reduzida correspondendo a uma alíquota efetiva de 13%, em razão do Convênio ICMS nº 27, de 29 de março de 1994.

Com a entrada em vigor da referida Lei Complementar (16 de setembro de 1996), as empresas operadoras de telecomunicações do Sistema Telebrás foram instadas a não mais tributar as chamadas destinadas ao exterior.

Atualmente, algumas autoridades fiscais vêm autuando certas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações locais em decorrência do não recolhimento do ICMS nos serviços internacionais.

A controlada Embratel recebeu algumas autuações pelo não pagamento de ICMS oriundo de serviços prestados, incluindo serviços no campo internacional e de outros entendidos pela Sociedade como isentos ou não tributáveis. A Administração da Sociedade, com base nos fatos atualmente disponíveis, avaliou como remota a probabilidade de perda da Sociedade em boa parte dessas autuações. Aquelas autuações cujas chances de perda foram avaliadas como possíveis pelos consultores jurídicos montam em aproximadamente R\$171 milhões em 30 de setembro de 2001. Em decorrência desta avaliação, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis.

Paralelamente, a controlada está participando, efetivamente, do esforço, no sentido de demonstrar às autoridades fiscais o impacto econômico nocivo ao setor dessa discutida carga tributária, se incidente nos citados serviços.

#### b.4 - Contribuições ao PIS/COFINS

Em 21 de agosto de 2001, a controlada Embratel recebeu duas autuações da Receita Federal relacionadas as Contribuições ao PIS/COFINS de anos anteriores, cujo montante total, incluindo multas e juros, é de R\$501 milhões. A primeira autuação - R\$159 milhões - está relacionada ao recolhimento do PIS antes de 1995, os quais foram compensados dentro dos critérios da Lei Complementar 7/70. Em casos semelhantes, tanto o Conselho de Contribuintes, e mais recentemente o Superior Tribunal de Justiça – STJ, por decisão de sua 1ª Seção, foram favoráveis à compensação nos moldes procedidos pela sociedade. A segunda autuação, no valor de R\$342 milhões, está relacionada à isenção do COFINS em exportação de serviços de telecomunicações, por receitas geradas até 1999. A Embratel entende que essas receitas estavam sujeitas à isenção, nos termos da legislação então em vigor, possuindo pareceres jurídicos externos nesse sentido. Ainda em relação à autuação da COFINS, foram detectados erros substanciais nos cálculos feitos pela fiscalização para fins de lançamento, os quais entendemos reduzir de imediato a autuação em R\$226 milhões. Ainda neste processo foram apresentados outros fatos e argumentos que demonstram a fragilidade da autuação, permitindo expor a autoridade julgadora a improcedência da mesma em sua integralidade.

A Administração da Sociedade, com base nos fatos e argumentos levantados, além da opinião de seus consultores externos, avaliou como remota a probabilidade de perda nessas autuações, não tendo, portanto, sido constituída nenhuma provisão.

#### c. Outros Impostos

A determinação da maneira pela qual impostos federais, estaduais e municipais são aplicados sobre as operações da Sociedade está sujeita a diversas interpretações devido à natureza única dessas operações. A Administração da Sociedade acredita que a interpretação das obrigações fiscais desta está substancialmente de acordo com a legislação atual. Conseqüentemente, quaisquer mudanças no tratamento fiscal sobre essas operações irão resultar de novas legislações ou regras interpretativas por parte das autoridades fiscais.

#### d. Contingências Junto à Anatel e à Justiça do Estado de São Paulo

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicação em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a controlada Embratel foi oficialmente notificada pela Anatel - para pagar multa proveniente do processo sancionatório relativo ao período no qual as operadoras efetivaram a mudança no código de discagem.

A Sociedade impetrou medida judicial contestando a validade do procedimento sancionatório e obteve (i) liminar no sentido de afastar a cobrança da multa e (ii) manifestação favorável do Ministério Público. Entretanto, em 24 de abril de 2001 o Juízo de primeira instância decidiu por manter o pagamento da multa, tendo, no entanto, julgado procedente o pedido da Sociedade de redução da multa de R\$55 milhões para R\$50 milhões. A Sociedade recorreu da decisão ao Tribunal e obteve provimento judicial preliminar para afastar a cobrança da multa enquanto discute a questão na segunda instância judicial.

Pelo mesmo fato, o Estado de São Paulo e a Fundação Procon impetraram ação civil pública junto à 14ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, sendo que, em 30 de março de 2000, foi divulgada sentença de primeira instância condenando a Sociedade e a operadora local a pagarem multa de R\$30 milhões e a devolverem aos usuários de telefonia do Estado de São Paulo os valores relativos às ligações telefônicas realizadas no período de 3 a 12 de julho de 1999. A Sociedade recorreu dessa decisão ao Tribunal e aguarda a decisão.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, que avaliam como possível a probabilidade de perda da Sociedade nestas causas, os valores correspondentes às referidas penalidades não foram provisionados nas demonstrações contábeis.

#### 19. PLANO DE PENSÃO - TELOS

A Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. Foi instituída pela controlada Embratel em 1º de agosto de 1975.

A Embratel patrocina dois planos de pensão: benefício definido e contribuição definida, ambos administrados pela Telos. A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano (plano de benefício definido) para o exercício de 2000, que é a mesma prevista para o exercício de 2001, é de 19,8%, incidente sobre o salário dos participantes ativos deste plano (72 participantes).

Subseqüentemente à privatização, a Sociedade elaborou plano de contribuição definida, através da Telos, o qual foi revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. Os novos empregados contratados aderem, automaticamente, ao novo plano, estando interrompidas quaisquer adesões ao plano de benefício definido. Para o plano de contribuição definida, a contribuição da patrocinadora varia de 3% a 8% do salário do participante, além da contribuição extraordinária, prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para os casos de incapacidade e morte.

Em 1º de setembro de 1999 foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos será paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo plano de contribuição definida. Sobre o saldo não amortizado, são apropriados rendimentos mensais e sucessivos correspondentes à aplicação da taxa de valorização dos ativos da Telos. O referido passivo junto à Telos, atualizado para 30 de setembro de 2001, monta a importância de R\$255.643 (R\$259.613 em 30 de junho de 2001), o qual não está incluído no total dos ativos dos planos indicados a seguir.

Do ponto de vista patrimonial, a Telos apresentava em 30 de setembro de 2001 os seguintes saldos (não auditados):

Reservas técnicas-	
Reservas matemáticas	1.505.969
Plano de benefício definido-	
Benefícios concedidos	710.200
Benefícios a conceder	8.826
Plano de contribuição definida-	
Benefícios concedidos	170.796
Benefícios a conceder	616.147
Superávit técnico	28.575
	-----
Total das reservas	1.534.544
	=====
Ativos dos planos-	
Mercado de renda fixa	1.239.415
Mercado de renda variável	223.147
Mercado imobiliário	82.692
Operações com participantes	35.034
	-----
Total dos ativos dos planos	1.580.288
	=====
Contribuições da patrocinadora no período	19.618
	=====

Os planos de pensão patrocinados pela controlada Embratel, mencionados acima, constituem-se nos principais benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

A partir da emissão da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que aprova o Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes desses benefícios foram instituídas e deverão ser obrigatoriamente aplicadas para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2002. Os efeitos dessas novas práticas, se existentes, devem ser divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2001 e o seu reconhecimento contábil, de acordo com opção dada pelo citado pronunciamento, deverá ser efetuado em contra partida ao patrimônio líquido naquela data, como ajuste de exercícios anteriores, ou ser reconhecido no resultado de exercícios posteriores no prazo de cinco anos ou no tempo de serviço ou vida remanescente dos empregados, se menor.

A Administração da Sociedade, considerando a assinatura do termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado em 1º de setembro de 1999 com a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, conforme mencionado

acima, não acredita que a aplicação da referida Deliberação CVM nº 371 trará efeitos significativos às demonstrações contábeis. No entanto, a Administração da Sociedade, e seus atuários estão apurando a existência ou não de efeitos decorrentes desse assunto. Quando concluída a apuração desses efeitos, a Administração da Sociedade fará a opção por uma das formas de registro contábil previsto no parágrafo anterior.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 30 de setembro de 2001 e 30 de junho de 2001 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito, totalmente integralizado no encerramento do terceiro e segundo trimestres de 2001, é de R\$2.273.913, representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. O valor patrimonial das ações (por lote de mil, expresso em reais) em 30 de setembro de 2001 e 30 de junho de 2001 é de R\$17,42 e R\$18,00, respectivamente.

Em 29 de junho de 2001, a acionista Startel Participações Ltda., até então detentora de 19,3% do capital social da Sociedade, transferiu 2.350.575 ações ordinárias (em lote de mil ações) de sua propriedade para um novo acionista, a New Startel Participações Ltda., que passa a deter 0,7% do capital total da Sociedade.

### b. Reserva de Lucros

#### Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

#### Reserva de Lucros a Realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1) e originada de receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos das controladas, bem como para complementar os dividendos mínimos para as ações preferenciais.

### c. Ações em Tesouraria

Ao fim do terceiro trimestre de 2001, a Sociedade mantinha em tesouraria 1.466.667 mil ações preferenciais, de sua própria emissão, a um custo médio ponderado de aquisição, por lote de mil ações, expresso em reais, de R\$28,02.

No decorrer do ano de 2001, até o mês de setembro de 2001, inclusive, a Sociedade alienou 13.333 mil ações ao preço médio de R\$ 23,13 por lote de mil ações, o que resultou em um deságio de R\$65.000 também registrado contra lucros acumulados.

A alienação de ações existentes em tesouraria foi efetuada na forma privada para atender ao exercício do plano de opções de compra de ações (veja Nota 20.e), de acordo com a autorização CVM/GEA n.º 213/99.

#### d. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número de ações da Sociedade, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos, a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos são apropriados somente no encerramento do exercício.

#### e. Plano de Opções de Compra de Ações

O plano aprovado em AGE realizada em 17 de dezembro de 1998 outorgou a opção de compra de ações preferenciais aos diretores e empregados na proporção de 33,33% em cada período anual, a contar de um ano da data da outorga e dentro do limite máximo de dez anos para exercício do direito. As ações adquiridas por exercício da opção manterão todos os direitos pertinentes às ações de igual classe e espécie, inclusive quanto aos dividendos. As informações relativas ao plano de opções de compra estão sumariadas a seguir:

Quantidade de opções de compra de ações preferenciais (lote de mil ações)	
Opções ofertadas até 31 de dezembro de 1998	1.635.000
Opções ofertadas em 1999	355.000
Opções exercidas em 1999	(173.333)
Opções vendidas em 1999	(9.000)
Opções canceladas em 1999	(45.000)
	-----
Opções em aberto em 31 de dezembro de 1999	1.762.667
Opções ofertadas em 2000	2.048.265
Opções exercidas em 2000	(122.700)
Opções vendidas em 2000	(4.800)
Opções canceladas em 2000	(130.000)
	-----
Opções em aberto em 31 de dezembro de 2000	3.553.432
Opções vendidas em 2001	(13.333)
Opções canceladas em 2001	(382.292)
	-----
Opções em aberto em 30 de setembro de 2001	3.157.807
	=====



	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001	30 de setembro de 2001	30 de junho de 2001
<b>ATIVO:</b>				
Circulante-				
Administrações estrangeiras	-	-	91.400	67.729
Dividendos propostos	-	17.028	-	-
Juros sobre o capital próprio – Embratel	-	28.224	-	-
<b>PASSIVO:</b>				
Circulante-				
Administrações estrangeiras	-	-	69.520	48.542
Outras obrigações	10	10	34.356	21.186

Em conformidade com o contrato de concessão com a Anatel e aprovação em Assembléia Geral Extraordinária em 18 de novembro de 1998, foram apropriados nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2001 e 2000, na conta Despesas Gerais e Administrativas, os valores de R\$28.604 e R\$48.748, respectivamente, relativos à prestação de serviços de consultoria a favor da WorldCom International, Inc., empresa controlada pela WorldCom.

## 22. SEGUROS (NÃO AUDITADOS)

A Administração considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros.

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a. Considerações Gerais

A controlada Embratel participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a reduzir a exposição a riscos de variação de moeda e de juros, que, em geral, envolvem a alteração de indexadores e/ou taxas de rendimentos/juros de aplicações financeiras e empréstimos. A administração desses riscos é efetuada através de estratégias de operação e determinação de limites.

### b. "Swap" de Juros e Moedas

A controlada Embratel efetuou operações de derivativos com o intuito de proteção contra a oscilação de taxas de juros externas e moedas estrangeiras frente ao Real. Os valores nominais destas operações, ao final do 3º trimestre de 2001, totalizaram R\$1.570.269 (R\$1.052.131 no 2º trimestre) e não são registrados no balanço patrimonial.

Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças das variações nos indexadores contratados e são registrados em Resultado Financeiro, na demonstração do resultado, de acordo com o período de competência.

c. Critérios, Premissas e Limitações nos Cálculos do Valor de Mercado

Disponibilidades, Contas a Receber e a Pagar a Curto Prazo

Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

Tributos Diferidos - Ativos e Passivos

O valor de mercado foi calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros pela taxa de juros de longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de mercado é calculado com base no valor presente dos fluxos associados a cada instrumento, utilizando-se as taxas de juros correntes para instrumentos similares e de vencimentos comparáveis.

Limitações

Os valores de mercado são calculados em um momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

Os instrumentos financeiros, incluindo as parcelas com vencimento a curto prazo, cujos saldos contábeis são diferentes dos valores de mercado, são sumariados a seguir.

	Consolidado	
	30 de Setembro de 2001	
	Valor contábil	Valor de mercado
Tributos diferidos e a recuperar	1.037.266	974.617
Ativos	1.037.266	974.617
Impostos, taxas e contribuições	799.127	761.726
Empréstimos e financiamentos	3.806.418	3.802.192
Passivos <sup>33</sup>	4.605.545	4.563.918

\* \* \* \* \*

# EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

## COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO

### NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2001 EM RELAÇÃO ÀS PRINCIPAIS VARIACIONES OCORRIDAS NO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR

#### RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

R\$ 000	3T01	3T00	2T01	% Var Ano	% Var Trimestre	9M01	9M00	% Var Ano
Área de Voz	1.392.985	1.296.859	1.367.510	7,4%	1,9%	4.088.574	3.547.559	15,3%
Área de Dados	458.644	413.527	434.780	10,9%	5,5%	1.353.076	1.161.531	16,5%
Outros Serviços	60.240	51.400	58.190	17,2%	3,5%	173.425	163.828	5,9%
<b>Total Receita Líquida de Serviços</b>	<b>1.911.869</b>	<b>1.761.786</b>	<b>1.860.480</b>	<b>8,5%</b>	<b>2,8%</b>	<b>5.615.075</b>	<b>4.872.918</b>	<b>15,2%</b>

#### SERVIÇOS DE VOZ

R\$ 000	3T01	3T00	2T01	% Var Ano	% Var Trimestre	9M01	9M00	% Var Ano
Longa Distância Nacional	1.174.637	1.054.111	1.131.682	11,4%	3,8%	3.414.312	2.811.848	21,4%
Longa Distância Internacional	218.348	242.748	235.828	-10,1%	-7,4%	674.262	735.711	-8,4%
<b>Total Voz</b>	<b>1.392.985</b>	<b>1.296.859</b>	<b>1.367.510</b>	<b>7,4%</b>	<b>1,9%</b>	<b>4.088.574</b>	<b>3.547.559</b>	<b>15,3%</b>

#### Longa Distância Nacional

A receita de longa distância nacional aumentou para R\$1,2 bilhão no terceiro trimestre de 2001, comparada com R\$1,1 bilhão no terceiro trimestre de 2000, representando um crescimento de 11,4%. O crescimento do tráfego foi a principal razão do aumento na receita no período de comparação.

No acumulado até a data, a receita de longa distância nacional foi de R\$3,4 bilhões, correspondendo a um aumento de 21,4% quando comparada aos primeiros nove meses de 2000. O crescimento do tráfego de longa distância nacional (resultado do crescimento do número de linhas), o *mix* de tráfego e os novos planos de chamadas alternativos, que contribuíram para o aumento da receita média por minuto, foram responsáveis por esse crescimento.

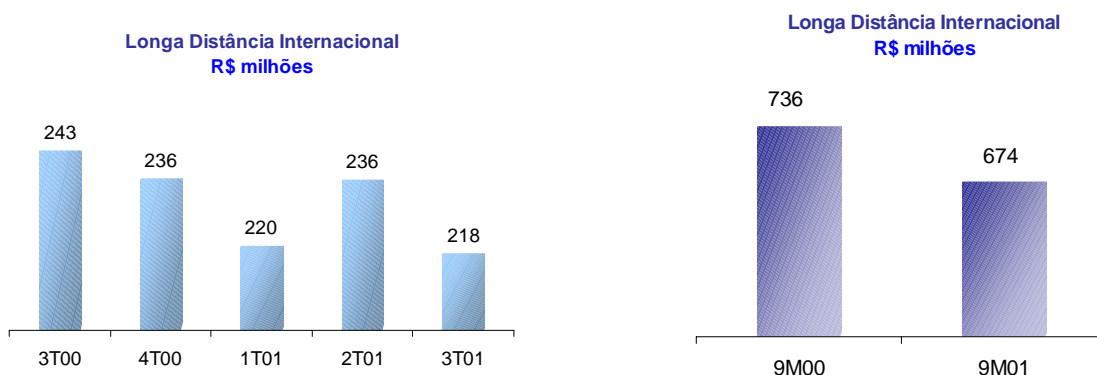


## Longa Distância Internacional

A receita de longa distância internacional foi de R\$218 milhões, uma redução de 10,1% comparada a R\$243 milhões no terceiro trimestre de 2000, causada principalmente pelo declínio nas tarifas no período. Comparada ao segundo trimestre de 2001, a receita de longa distância internacional caiu 7,4%. A redução foi consequência da promoção, com tarifas de um dígito de centavo, adotada pela empresa nas maiores rotas internacionais por um período de aproximadamente 7 semanas. Essa promoção seletiva manteve a competitividade da Embratel nesses mercados e permitiu a retenção de clientes, ao mesmo tempo que aumentou o tráfego sainte em 17,9% em relação ao segundo trimestre de 2001. Esta promoção reverteu a queda de tráfego observada nos primeiros 2 trimestres do ano.

A gerência do relacionamento com operadoras internacionais feito pela Embratel durante a campanha de preços chamadas saintes agressivos rendeu à empresa o comprometimento de minutos entrantes adicionais.

No acumulado até a data, a receita de longa distância internacional foi de R\$674 milhões comparada a R\$736 milhões nos nove meses de 2000. A Embratel acredita que a receita internacional continuará sujeita à redução de preços.



## SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS

R\$ 000				% Var Ano	% Var Trimestre			% Var Ano
	3T01	3T00	2T01			9M01	9M00	
Dados & Internet	430.136	363.265	403.097	18,4%	6,7%	1.254.439	986.373	27,2%
Aluguel de linhas p/ outros provedores	28.508	50.262	31.683	-43,3%	-10,0%	98.637	175.158	-43,7%
<b>Total Dados</b>	<b>458.644</b>	<b>413.527</b>	<b>434.780</b>	<b>10,9%</b>	<b>5,5%</b>	<b>1.353.076</b>	<b>1.161.531</b>	<b>16,5%</b>

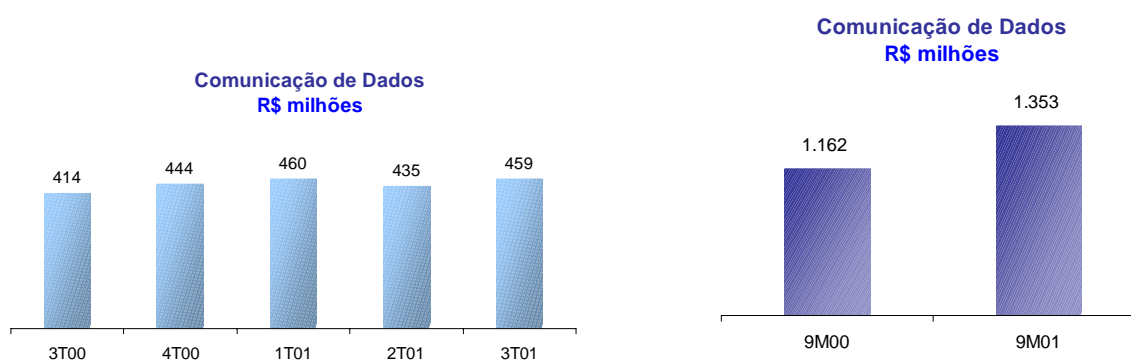
No terceiro trimestre, a receita de dados cresceu 10,9% quando comparada ao mesmo período de 2000, atingindo R\$459 milhões. O aumento da receita de dados foi o efeito combinado do crescimento da receita dos principais serviços de dados e da continuação da redução na receita de aluguel de linhas a outros provedores.

Os principais serviços de dados, os quais incluem redes corporativas, serviço de *frame relay* e Internet cresceram 18,4%, comparados com o mesmo trimestre do ano anterior. A receita de Internet continuou a crescer acima de quarenta por cento. Esta vem sendo impactada pela redução no uso de acesso discado por residências em decorrência do racionamento de energia elétrica e pela desaceleração do mercado de Internet como um todo. A competição de preços

agressiva arrefeceu neste trimestre, embora continuemos a observar redução de preços nas renovações de contratos.

Além disso, a continuação da desvalorização do Real está levando a uma reavaliação dos atuais níveis de preço de dados, o que provavelmente resultará num aumento de preços em várias linhas de produto. Ao mesmo tempo que esperamos que as receitas oriundas de aluguel de linhas a outros provedores continuem a cair, os preços desses serviços também podem ser impactados pela reavaliação acima.

No acumulado até a data, a receita de dados e Internet cresceu 27,2% comparado aos nove meses do ano anterior. A receita de aluguel de linhas para outros provedores reduziu 43,7% neste mesmo período. O acumulado da receita total de dados foi de R\$1,4 bilhão, representando um crescimento de 16,5% comparado aos primeiros nove meses de 2000. Essa taxa de crescimento está em linha com nossas expectativas de crescimento anual.

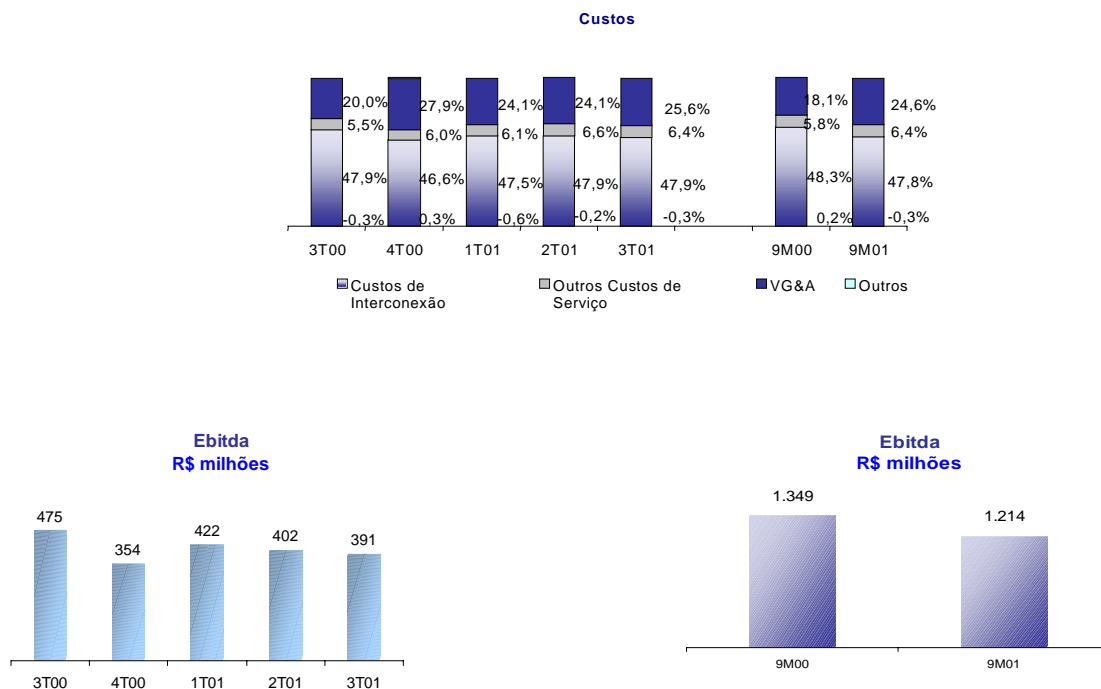


## LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO

R\$ 000	3T01	3T00	2T01	% Var Ano	% Var Trimestre	9M01	9M00	% Var Ano
Receita Líquida	1.911.869	1.761.786	1.860.480	8,5%	2,8%	5.615.075	4.872.918	15,2%
Custo dos Serviços	(1.273.249)	(1.141.337)	(1.239.697)	11,6%	2,7%	(3.721.045)	(3.224.301)	15,4%
Receita (Despesa) Operacional	(517.037)	(362.296)	(478.866)	42,7%	8,0%	(1.458.163)	(929.706)	56,8%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	121.583	258.153	141.917	-52,9%	-14,3%	.435.867	718.911	-39,4%
Efeito de Depreciação/Amortização	268.961	216.833	259.848	24,0%	3,5%	778.617	630.547	23,5%
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização (EBITDA)</b>	<b>390.544</b>	<b>474.986</b>	<b>401.765</b>	<b>-17,8%</b>	<b>-2,8%</b>	<b>1.214.484</b>	<b>1.349.458</b>	<b>-10,0%</b>

O EBITDA foi de R\$391 milhões comparado a R\$475 milhões no terceiro trimestre de 2000. A margem do EBITDA foi de 20,4% neste trimestre comparado a 27,0% no terceiro trimestre de 2000. Atribuímos o crescimento das despesas operacionais (exceto as financeiras) à continuação de uma provisão para devedores duvidosos alta, que aumentou R\$86 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano passado para R\$169 milhões (8,8% da receita líquida ou 6,5% da receita bruta). Os novos impostos para a Universalização dos Serviços levaram a um aumento adicional de R\$26 milhões em relação ao ano anterior e os impostos de PIS/COFINS sobre a receita gerada pelas operações de proteção cambial ("hedge") causaram um crescimento adicional de R\$9 milhões. A Embratel reduziu seu quadro de pessoal em setembro gerando custos de R\$12 milhões para o pagamento das obrigações trabalhistas.

No acumulado do ano, o EBITDA foi de R\$1,2 bilhão comparado a R\$1,3 bilhão no mesmo período do ano anterior. Esta redução foi causada basicamente pelos novos impostos e pelo aumento na provisão para devedores duvidosos. O montante da provisão para devedores duvidosos acumulado em 2001 foi de R\$490 milhões.



## RESULTADO LÍQUIDO

	3T01	3T00	2T01	% Var Ano	% Var Trimestre	9M01	9M00	% Var Ano
Lucro Líquido/(Prejuízo) (R\$ milhões)	(194,835)	145,067	(38,829)	-234,3%	-401,8%	(267,411)	418,537	-163,9%
Quantidade de ações (milhões de ações)	332.932	332.919	332.932			332.932	332.919	
Lucro por 1000 ações (R\$)	(0,59)	0,44	(0,12)			(0,80)	1,26	

O prejuízo líquido no terceiro trimestre de 2001 foi de R\$195 milhões. Esse resultado foi causado pelo efeito da desvalorização do Real em relação ao dólar (15,9% no trimestre) na dívida em moeda estrangeira da Empresa (veja em Situação Financeira).

A Embratel escolheu não implementar a Medida Provisória de 03/2001, a qual teria sido permitido diferir as perdas cambiais ocorridas em 2001. A decisão foi tomada a fim de manter a consistência entre as regras contábeis brasileira e americana e adotar uma posição conservadora.

No acumulado até a data, o prejuízo foi de R\$267 milhões comparado ao lucro líquido de R\$419 milhões nos nove meses de 2000. As perdas de variação cambial e monetária, líquidas das receitas de operações de proteção cambial ("hedge"), totalizaram R\$597 milhões.

## SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Embratel Participações finalizou o trimestre com uma posição de caixa de R\$551 milhões. A dívida total em 30 de setembro de 2001 era de R\$3,8 bilhões (dívida líquida de R\$ 3,3 bilhões),

dos quais R\$1,2 bilhão era dívida de curto prazo e de parcelas de longo prazo vencendo no curto prazo. O aumento da dívida no trimestre, líquida de pagamentos realizados foi de R\$341 milhões.

## CONTAS A RECEBER

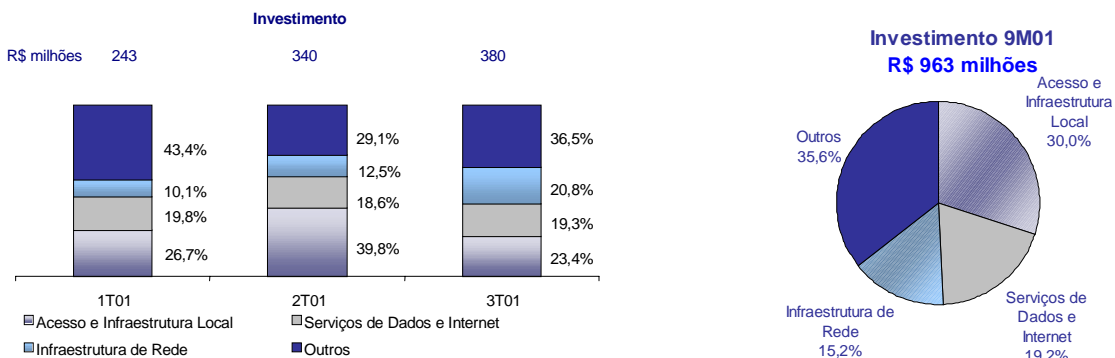
A posição do contas a receber da Empresa em 30 de setembro de 2001 era de R\$2,6 bilhões, representando um aumento de R\$ 44 milhões em relação as segundo trimestre de 2001. O montante bruto de recebíveis era de R\$3,6 bilhões no terceiro trimestre de 2001 comparado a R\$3,4 bilhões no segundo trimestre de 2001. O saldo da provisão para devedores duvidosos no fim do terceiro trimestre de 2001 era de R\$975 milhões.

A Empresa continua a aumentar o número de linhas bloqueadas – totalizando mais de 500.000 bloqueios ao fim de setembro – e enviando nomes de clientes para agências de proteção ao crédito.

A Embratel está preocupada com o fato de que as condições econômicas gerais possam causar mais deterioração na qualidade do crédito do consumidor. A empresa continua monitorando a situação atentamente.

## INVESTIMENTO

Os investimentos no terceiro trimestre foram de R\$380 milhões. Os investimentos foram assim distribuídos: Acesso e infra-estrutura local – 23,5%; Serviços de Dados e Internet – 19,3%; Infra-estrutura de rede – 20,8% e outros – 36,5%. O investimento acumulado em 2001 é de R\$ 963 milhões. A Companhia está acompanhando de perto os investimentos para que, apesar da desvalorização do Real, possa mantê-los dentro do valor planejado de R\$ 1,5 bilhão.



## STAR ONE LANÇA SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA VIA SATELITE

Neste trimestre, a Star One lançou o piloto comercial do serviço de Internet banda larga via satélite. O serviço é direcionado a pequenas e médias empresas (até 10 PCs) e ao mercado residencial localizado em áreas não cobertas por banda larga em cobre ou fibra. Este serviço é uma parceria entre a Embratel (banda larga), UOL (acesso a Internet) e Gilat (tecnologia e equipamento). Nesta fase inicial, o serviço está sendo oferecido num formato simples com

apenas um provedor de Internet. Em uma segunda etapa, o cliente terá a flexibilidade de escolher qualquer provedor de Internet.

Também neste trimestre, a Star One fechou um acordo com a Alcatel para adquirir seu primeiro satélite de banda Ku. Este satélite, que ficará pronto em 2004, possibilitará que a Star One atenda a demanda por serviços de banda larga, principalmente Internet, como o serviço acima mencionado. O satélite terá 44 transponders e será lançado na posição orbital 67°W cobrindo os países andinos, Mercosul, Brasil e Estados Unidos.

A Embratel é a provedora de telecomunicações "premium" do Brasil. Oferece uma vasta gama de serviços de telecomunicações avançados sobre sua rede estado-da-arte. É líder em serviços de dados e Internet no país. Os serviços oferecidos incluem: voz avançada, serviço de dados em alta velocidade, Internet, comunicação de dados por satélites e redes corporativas. A Embratel está em posição singular para ser a empresa com uma rede fim-a-fim ("*all-distance*") da América do Sul. A rede da Embratel possui cobertura nacional com 28.868 km de cabos de fibra, compreendendo mais de 1,068,657 km de fibras ópticas.

\* \* \* \* \*

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE CONTROLADAS/COLIGADAS

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

CONSOLIDADO COM AS CONTROLADAS DA EMBRATEL

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM

30 DE SETEMBRO DE 2001 E 30 DE SETEMBRO DE 2000

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	30 de setembro	
	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Serviços de telecomunicações	7.601.923	6.483.625
Deduções da receita bruta	(1.986.847)	(1.610.707)
	-----	-----
Receita operacional líquida	5.615.076	4.872.918
Custo dos serviços prestados	(3.721.044)	(3.224.301)
	-----	-----
Lucro bruto	1.894.032	1.648.617
	-----	-----
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.455.713)	(926.740)
	-----	-----
Comercialização dos serviços	(797.307)	(534.459)
Gerais e administrativas	(677.663)	(385.014)
Outras receitas (despesas) operacionais	19.257	(7.267)
	-----	-----
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	438.319	721.877
	-----	-----
Resultado financeiro	(746.853)	(52.448)
	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(308.534)	669.429
	-----	-----
Resultado não operacional	(14.664)	(4.842)
	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(323.198)	664.587
	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	93.386	(208.449)
Participação de empregados nos resultados	(27.740)	(28.130)
Participações minoritárias	(7.657)	-
	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(265.209)	428.008
	=====	=====
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LOTES DE MIL)	4.723.844	4.723.844
	=====	=====
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES	(56,14)	90,61
	====	====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

\* \* \* \* \*